

## MARCAS DE AFRICANIA NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Yeda Pessoa de Castro\*

Resumo:

Se as vozes dos quatro milhões de negro-africanos que foram trasladados para o Brasil ao longo de mais de três séculos consecutivos não tivessem sido abafadas na História do Português Brasileiro, por descaso ou preconceito acadêmico, não haveria mais dúvida, por parte de linguistas e filólogos, de que a conseqüência mais direta do tráfico da África Subsaariana para o Brasil foi a alteração da língua portuguesa na antiga colônia sul-americana. Isso se fez sentir em todos os setores, léxico, semântico, prosódico, sintático e, de maneira rápida e profunda, na língua falada, o que deu ao Português do Brasil um caráter próprio, diferenciado do Português de Portugal.

**Palavras chaves:**Línguas negro-africanas. Marcas lexicais. Bantuismos. Português do Brasil.

Se as vozes dos quatro milhões de negro-africanos que foram trasladados para o Brasil ao longo de mais de três séculos consecutivos não tivessem sido abafadas em nossa História, por descaso ou preconceito acadêmico, hoje saberíamos que eles, apesar de escravizados, não ficaram mudos, falavam línguas articuladamente humanas e participaram da configuração do português brasileiro não somente com palavras que foram ditas a esmo e “aceitas como empréstimos pelo português”, na concepção vigente, mas também nas diferenças que afastaram o português do Brasil do de Portugal.

Aquelas vozes submergidas no inconsciente iconográfico dessa gente trazida em cativeiro se fazem perceptíveis na pronúncia rica em vogais da nossa fala (*ri.ti.mo*, *pi.néu*, *a.di.vo.ga.do*), na nossa sintaxe (tendência a não marcar o plural do substantivo no sintagma nominal (*os menino(s)*, *as casa(s)*), na dupla negação (*não quero não*), no emprego preferencial pela próclise (*eu lhe disse*, *me dê*), mas se revelam de maneira<sup>1</sup> inequívoca nas centenas de palavras que foram e ainda são apropriadas como

---

\* Etnolinguísta, Doutora (Ph.D) em Línguas Africanas pela Universidade Nacional do Zaire, República Democrática do Congo, Consultora Técnica em Línguas Africanas do Museu da Língua Portuguesa na Estação da Luz em São Paulo, Membro da Academia de Letras da Bahia e consultora técnica na Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) na Universidade do Estado da Bahia – UNEB / NGEALC.

patrimônio linguístico do português do Brasil a enriquecerem o imaginário simbólico da língua portuguesa.

São marcas lexicais portadoras de elementos culturais compartilhados por toda a sociedade brasileira e que transitam no âmbito da recreação (*samba, capoeira, forró, lundu, maculelê*), dos instrumentos musicais (*berimbau, cuíca, agogô, timbau*), da culinária (*mocotó, moqueca, mungunzá, canjica*), da religiosidade (*candomblé, macumba, umbanda*), das poéticas orais (os *tutus* dos acalantos, o *tindolelê* das cantigas de roda), das doenças (*caxumba, tunga*), da flora (*dendê, maxixe, jiló, andu, moranga*), da fauna (*camundongo, minhoca, caçote, marimbondão*), dos usos e costumes (*cochilo, muamba, catimba*), dos ornamentos (*miçanga, balangandã*), das vestes (*tanga, sunga, canga*), da habitação (*cafofo, moquiço*), da família (*caçula, babá*), do corpo humano (*bunda, corcunda, banguela, capenga*), dos objetos fabricados (*caçamba, tipóia, moringa*), das relações pessoais de carinho (*xodó, denço, cafunê*), dos insultos (*sacana, xibungo, lelé*), do mando (*bamba, capanga*), do comércio (*quitanda, bufunfa, muamba, maracutaia*).

Nesse vocabulário, há de distinguir os aportes antigos - a maioria proveniente de línguas angolanas -, que entraram na época colonial para o domínio da língua portuguesa e já se encontram completamente integrados ao seu sistema linguístico de onde formam diferentes derivados com prefixos e sufixos (*esmolambado* de molambo, *sambista* de samba, *encalombado* de calombo, *maconheiro* de maconha, *xingamento* de xingar, *umbandista* de umbanda). Na mesma categoria encontram-se os aportes associados ao regime da escravidão (*senzala, quilombo, mocambo*), alguns já obsoletos (*banzo, viramundo, mucama*) e poucos também correntes em Portugal (*moleque, carimbo*), em meio a centena de outros para designar elementos novos tangíveis então introduzidos no falar corrente do trato diário do português com os escravos domésticos, *os escravos de jó* (do quimbundo *njo*, casa) *que jogavam caxangá* (jogo de tabuleiro) da conhecida brincadeira infantil brasileira.

Aqui, o desempenho da mulher negra na função de ama-de-leite e criadeira foi tão marcante no ambiente familiar da casa senhorial que até hoje chamamos o filho mais jovem pelo termo angolano *caçula* em lugar de benjamim, como se diz em Portugal (o *Word*, na sua versão brasileira, reconhece apenas como nome próprio), um evidência, entre muitas, que nos leva a admitir que essa foi a nossa grande mãe ancestral. É ainda neste momento que outros termos angolanos, como no presente caso, deixaram fora de uso na linguagem brasileira os seus equivalentes em português, a exemplo dos

bantuismos *moringa* em lugar de bilha, *corcunda/ cacunda* por giba, *capenga* por coxo, *cachaça* por aguardente, *cochilar* por dormir, *xingar* por injuriar, *dendê* por óleo de palma, *molambo* por trapo, *marimbondo* por vespa, *denço* por mimo, *caxumba* por trasorelho, *xingar* por insultar, *lengalenga* por enganação, *babatar* por tatear.

Mas onde ficou a memória recordação dessas vozes, uma vez que nenhuma língua africana é mais falada como língua plena no Brasil? Em falares especiais de comunidades negras rurais, com um vocabulário reduzido de base umbundo, como as que vivem no Cafundó, São Paulo, em Tabatinga, Minas Gerais, como as que dizem falar a “língua de banguela” no cântico dos *vissungos*, também em Minas Gerais, e na linguagem litúrgica dos terreiros onde elas ressoam com maior intensidade através de um repertório lingüístico diferenciado como fator identitário e de identidade sociorreligiosa do grupo, seja ele de tradição mina-jeje dos voduns daomeanos, nagô-queto dos orixás iorubanos ou congo-angola dos inquices do mundo banto. Esse repertório litúrgico, transmitido por tradição oral e apoiado em um tipo consuetudinário de comportamento bem conhecido dos participantes por experiência pessoal, é fonte permanente e atual dos aportes negroafricanos no português do Brasil, a partir da frequência com que são usados no falar cotidiano da gente de terreiro e popularizados através da mídia por compositores da MPB, de blocos afros e afoxés e de sambas-enredo, além de telenovelas produzidas no Brasil com temas regionais.

Destaque para as importações atuais do iorubá facilitadas tanto pelo acesso a cursos de extensão dessa língua que desde 1961 são oferecidos em diversas instituições públicas brasileiras ou por particulares, quanto por suas inúmeras publicações feitas em português no Brasil, e mais ainda pelo prestígio sociológico de que passaram a gozar os terreiros de tradição queto (Ketu) como aqueles localizados na cidade do Salvador e considerados os mais ortodoxos em relação às suas matrizes iorubanas, evidentes na sua liturgia e linguagem ritual. Esses terreiros tem atraído pesquisadores e intelectuais de fama internacional e compositores brasileiros cuja entrada sucessiva no mercado fonográfico terminam por tornar conhecidos e popularizados no Brasil os seus orixás Iemanjá, Xangô, Oxum, Oxóssi, Ogum, Iansã, Oxalá, Ossaim, também celebrados em festividades públicas de repercussão nacional. Destarte, suas composições veiculam a divulgação de termos tirados do contexto sagrado e esvaziados com extensão de sentido ao serem apropriados pelo português brasileiro. A palavra *axé*, o fundamento sacrossanto desses terreiros, passou a ser popularizada como saudação votiva de boa-sorte, amém, e a denominar um estilo de música criado na Bahia nos anos 80, conhecido internacionalmente como *axé-music*, com milhares de admiradores, apelidados de

*axezeiros*. A música popular brasileira é, hoje, o principal meio de propagação não só dos aportes negro-africanos associados ao campo afro-religioso, mas também de outros que conseguem alcançar um status sociolingüístico sem restrição de uso, a exemplo do bantuísmo *bunda* que já ocupou definitivamente na linguagem corrente brasileira o lugar do seu sinônimo *nádegas* ou do popular *cuzinho* no português de Portugal.

Calcula-se que dos 75% dos quatro milhões de indivíduos trazidos em escravidão para o Brasil a maioria era proveniente dos reinos do Congo e do Ndongo, de falas quimbundo e quicongo, e foram distribuídos por todo o território brasileiro do começo do tráfico, no século XVI, ao seu final, no século XIX, aos quais vieram se juntar, em número relativamente menor, mas igualmente importante, a partir do século XVIII, os de fala umbundo de Benguela, que foram dirigidos em grande parte para os trabalhos de garimpagem em Minas Gerais. Como testemunho, a mais antiga gramática do quimbundo, “A Arte da língua de Angola”, publicada em Lisboa em 1697, foi escrita na cidade da Bahia pelo missionário Pedro Dias para uso dos jesuítas, como meio de facilitar a doutrinação dos 25.000 negros, segundo o padre Antônio Vieira, que se encontravam na cidade do Salvador sem falar português, mas, acreditamos nós, não necessariamente falando quimbundo como língua nativa, desde quando poderiam ter sido embarcados em Luanda, mas trazidos de várias regiões da atual Angola. Situação semelhante deve ter ocorrido em Palmares no mesmo século, proporcionando o desenvolvimento de um falar de base quimbundo-quicongo a deduzir pelos títulos de seus líderes maiores, Ganga Zumba, Zumbi, Dandara, e dos seus principais aldeamentos, Osengo, Macaco, Andalaquituxe, além da própria denominação *quilombo*.

Ainda no século XVII, na cidade da Bahia, o poeta barroco Gregório de Matos e Guerra satiriza o que ele chama de *mestres do cachimbo* liderando cerimônias de *calundus e feitiço em quilombos superlativos*. Esses mestres bem poderiam ser os chamados *pretos-velhos*, representados pela figura de negros idosos, os *báculos* em Angola, que teriam vivido a escravidão no Brasil, recebendo apelidos que parecem remontar à sua origem banto, Pai Joaquim do Congo, Pai José de Aruanda e um modo de falar marcado por um antigo prefixo quimbundo *zi-* (*zifiu, ziterrero, zimenino, ziquizila*). São muito populares nas celebrações conhecidas por *candomblé-de-caboclo*, onde os *caboclos*, denominação para o nativo brasileiro, são reverenciados como os donos-da-terra do Brasil, um fato que nos leva a admitir que essas celebrações são as mais antigas manifestações de religiosidade afrobrasileira nascidas na escravidão, resultado do encontro e aceitação de orientações religiosas ameríndias do tronco tupi e africanas de matriz banto com o cristianismo. Outra evidência desse primevo contato com nativos brasileiros está no

dialeto caipira falado no interior de São Paulo, considerado de base quimbundo-tupi pelos estudiosos.

Quanto à presença de povos trazidos do Golfo do Benim, a língua ewe-fon ou mina-jeje, na denominação brasileira, foi falada pela escravaria em Vila Rica no século XVIII e suas vozes configuraram as religiões denominadas de Tambor de Mina no Maranhão. No século seguinte, em consequência da tardia e preponderante influência dos nagô-iorubás na cidade do Salvador, com os quais os minas-jejes já traziam um longa tradição de trocas culturais mútuas no campo da religião, estabeleceram a estrutura conventual jeje-nagô do modelo urbano do candomblé da Bahia, evidente na orquestra cerimonial composta dos atabaques *rum*, *rumpi*, *lé* e do idiofone *gã*, na organização do grupo de iniciação ou *barco* (*adofono*, *adofonitinha*, *fomo*, *fomitinha*, etc.), no *peji* ( santuário), no *runcó* (quarto de recolhimento dos iniciados), marcas lexicais, entre outras, de inegável origem ewe-fon.

No entanto, na inevitabilidade desse processo de interpenetrações culturais e lingüísticas e em resistência a ele, as vozes do negro banto ressoaram sobre todas a impor alguns dos mais significativos valores e traços expressivos do seu patrimônio cultural e lingüístico na construção da língua portuguesa do Brasil, em razão de uma confluência de motivos favoráveis de natureza extralingüística e de ordem lingüística. Qualquer falante nativo de uma língua tende a transferir para essa segunda língua, estranha para ele, hábitos lingüísticos e articulatórios de sua língua primeira, e no Brasil não foi exceção, pois a consequência mais direta do tráfico transatlântico para o Brasil foi a alteração da língua portuguesa na antiga colônia sulamericana, o que se fez sentir em todos os setores, léxico, semântico, prosódico, sintático e, de maneira rápida e profunda, na língua falada.

Por extraordinária coincidência, no confronto continuado do português com falantes de línguas angolanas, majoritários à época, em lugar de emergir um conflito por falta de inteligibilidade entre seus utentes, donde a necessidade de comunicação faria emergir um outro falar, um crioulo como se verifica no Caribe, ocorreu um movimento de africanização do português, por um lado, e, por outro, a imantação pelo português das línguas negro-africanas, em razão de semelhanças estruturais, casuais, mas notáveis, entre o português antigo e aquelas línguas do grupo banto que então foram mais faladas também em seu aspecto arcaizante. Entre essas semelhanças, o sistema de sete vogais orais (a é ê i ô ó u) e uma estrutura silábica (CV.CV), onde toda consoante é seguida de uma vogal. Logo, não há sílaba fechada por consoante ( *\*falá* por *falar*,

\**Brasiu* por *Brasil*, \**rí.ti.mo* por *rit.mo*, \**pi.neu* por *pneu*), fazendo com que se observe a conservação do centro vocálico de cada sílaba, mesmo átona, o que proporcionou a continuidade do tipo prosódico da base vocálica do português antigo na modalidade brasileira, afastando-a do português de Portugal de pronúncia muito consonantal. O português europeu atual tende a pronunciar apenas a vogal central (\**mni* em lugar de *me.ni.no*), criando grupos consonantais impronunciáveis na fonotática brasileira.

Diante dessa proximidade relativa e provavelmente de outras ainda encobertas por falta de pesquisas nesse domínio nos demais campos de estudos lingüísticos sobre a constituição do português brasileiro, poder-se-á encontrar uma explicação de natureza lingüística que se venha a somar às alegações vigentes de vária ordem para explicar, de maneira convincente, as razões do português do Brasil ter-se afastado do português de Portugal, como também de não haver sucedido um falar crioulo como segunda língua no Brasil e de línguas africanas não serem mais faladas como línguas plenas em território brasileiro. Não podemos ignorar o fato de que o português foi imposto a uma população majoritária de falantes negro-africanos por três séculos consecutivos e o Brasil, hoje, possui a maior população afrodescendente concentrada fora do continente africano. Por outro lado, coincidentemente, em Angola e Moçambique onde, a exemplo do Brasil, foram as mesmas línguas que entraram em contato, não se registram falares crioulos do português, ao contrário do que se observa em Cabo Verde e na Guiné-Bissau, países onde o português entrou em contato com línguas oeste-africanas, tipologicamente distintas das línguas do grupo banto e de estruturas diferenciadas do português.

Sem esquecer da parcela de contribuição das línguas ameríndias brasileiras, geograficamente mais localizada e menos extensa, não há, portanto, como negar a dimensão e amplitude da interpenetração de línguas e culturas negro-africanas com a língua portuguesa na formação do Português do Brasil e o desempenho dos seus falantes como os principais agentes transformadores e difusores da sua modalidade em território brasileiro sob regime colonial e escravista. Na voz majoritária dos negros trazidos dos reinos do Congo e do Ndongo, o Brasil africanizou o português de Camões e apropriou-se do *samba* como símbolo de brasilidade, esvaziando o seu conteúdo religioso original de rezar, oral na celebração congo-angolana para tornar-se um gênero musical dançante contagiado pela cadência rítmica e gestual do *semba*, semelhante à nossa umbigada.

Neste plano de compreensão, por iniciativa do NGEALC como primeira instância para o ensinamento de outras línguas africanas e suas culturas, a Universidade do Estado da

Bahia, em convênio com a Universidade Agostinho Neto, começa a oferecer, a partir de março do próximo ano, cursos de Kikongo e de Kimbundu como disciplinas curriculares de graduação entre as línguas estrangeiras que ali são ministradas. Os objetivos implícitos nesta decisão buscam alargar e aprofundar o nosso conhecimento ainda incipiente quanto à participação das vozes do povo negro-africano na História do Português Brasileiro e na conformação da nossa identidade, tendo em vista o reconhecimento da estatura das línguas negro-africanas como línguas que verdadeiramente são e não dialetos, no sentido depreciativo do termo, como são de costume tratadas entre nós.

#### Bibliografia complementar:

AMARAL, Amadeu – *O dialeto caipira*. São Paulo: Casa Editora O Livro, 1920.

FRIEDMANN, Nina -“Cabildos negros, refugios de africanias em Colombia”. Em *Revista Montalbán*, Caracas: Universidad Católica Andrés Bello, 1988, pág. 52.

LIMA, Vivaldo Costa. *A família de santo nos candomblés jejes-nagôs da Bahia*. Salvador. Corrupio, 2003.

MACHADO Filho, Aires da Mata: *O negro e o garimpo em Minas Gerais*, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964.

MINGAS, Amélia. *A Interferência do kimbundu no português falado em Luanda*. Luanda: Campo das Letras, 2000.

PESSOA DE CASTRO, Yeda - *Os falares africanos na interação social do Brasil Colônia*. Salvador, Centro de Estudos Baianos/UFBA, nº 89, 1980.

PESSOA DE CASTRO, Yeda – *Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras/ Topbooks Editora, 2005.

PESSOA DE CASTRO, Yeda – *A língua mina-jeje no Brasil: um falar africano em Ouro Preto do século XVIII*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro (Coleção Mineiriana), 2002.

PESSOA DE CASTRO, Yeda – A propósito do que dizem os vissungos. Em *Vissungos, cantos afrodescendentes em Minas Gerais*, SAMPAIO, Neide Freitas (Org.), 2ª.ed., rev., aumentada, Belo Horizonte: Edições Viva Voz, 2008, págs. 67-76.

QUEIROZ, Sônia - *Pé preto no barro branco. A língua dos negros de Tabatinga*. Belo Horizonte: EDUFMG, 1998..

SILVA, Alberto da Costa e. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Fundação Biblioteca Nacional, 2002.

VOGT, Carlos, FRY, Peter - *Cafundó, a África no Brasil – língua e sociedade*. São Paulo: Cia. das Letras; Campinas: Editora Unicamp, 1996.